

Canoas, n. 50, 2022.

 <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i49.9169>

Ontologia e epistemologia do sofrimento em Cassell: contribuição ao estudo do tema nas Ciências Sociais

Milton dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise ontológica e epistemológica da teoria do sofrimento em Eric J. Cassell (2004), como subsídio para o desenvolvimento de pesquisas sobre o sofrimento no trabalho, em Ciências Sociais, baseadas nesta teoria. Para tanto, o trabalho, de cunho teórico-conceitual, inicialmente apresenta os fundamentos das abordagens ontológicas do realismo e do idealismo e das abordagens epistemológicas do positivismo, construtivismo e pós-positivismo. Com este referencial, o trabalho prossegue analisando os aspectos ontológicos e epistemológicos da teoria do sofrimento do autor. A conclusão é que a proposta teórica do autor para compreensão do sofrimento promove um avanço metodológico no campo da Medicina ao integrar aspectos do idealismo e do construtivismo na teoria e práticas de uma ciência que é fundamentalmente realista e positivista. O conceito de sofrimento assim proposto pelo autor abre possibilidades para sua aplicação nas Ciências Sociais e de gestão das organizações para a compreensão do fenômeno em outros contextos e realidades.

Palavras-chave: Ontologia; Epistemologia; Sofrimento.

Ontology and epistemology of Cassell's suffering concept: a contribution to Social Sciences studies on the subject

Abstract: This paper aims to present an ontological and epistemological analysis of the concept of suffering in Eric J. Cassell (2004), as a subsidy for the development of research on suffering at work based on this concept. For this purpose, this theoretical and conceptual basis work initially presents the foundations of the ontological approaches of realism and idealism and the epistemological approaches of positivism, constructivism and post-positivism. Based on this framework, the work continues to analyze the ontological and epistemological aspects of the author's suffering concept. The conclusion is that the author's theoretical proposal for understanding suffering promotes a methodological advance in the field of Medicine by integrating aspects of idealism and constructivism into the theory and practices of a science that is fundamentally realistic and positivist. The concept of suffering thus proposed by the author opens possibilities for its application in the Social and Management Sciences to understand the phenomenon in other contexts and realities.

Keywords: Ontology; Epistemology; Suffering.

¹ Doutorando em Ciencias Empresariales y Sociales na Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - UCES, Argentina. Professor do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <santosmilton@pucsp.br>

Introdução

O trabalho ocupa uma parcela importante na vida das pessoas, quer seja pelo tempo dedicado, pela necessidade de sobrevivência ou, ainda, pela oportunidade de crescimento e desenvolvimento pessoais.

Diversas teorias apontam para a inextricável relação que o ser humano tem com o trabalho e seu papel na construção da identidade, na socialização dos indivíduos, no desenvolvimento cognitivo e intelectual, na oportunidade de criação de riqueza e valor e na satisfação e realização pessoais, sendo uma das fontes de sentido para a vida (PÉREZ JÁUREGUI, 2005; PÉREZ JÁUREGUI, 2015).

Por todos estes motivos, o trabalho é valorizado e ocupa um papel central na vida das pessoas e na sociedade como um todo. A vida das pessoas no interior das organizações, onde o ambiente de trabalho se materializa para a grande maioria dos indivíduos nas sociedades modernas, deveria, assim e por princípio, ser algo desejado, prazeroso e realizador.

Por certo que não se quer, aqui, idealizar os ambientes de relacionamentos humanos, sempre sujeitos a conflitos. Mas, a realidade do trabalho para uma grande parcela da população se mostra muito diferente desta visão. Situações de conflitos crônicos, insatisfação, perda da motivação e adoecimento são realidades presentes e constantes desde sempre nas organizações capitalistas, sendo que, nas últimas décadas estas disfunções têm ascendido ao nível de graves patologias sociais, com danos pessoais, sociais e materiais inestimáveis (PÉREZ JÁUREGUI, 2005; HAN, 2017).

Neste contexto, o esforço da academia em compreender as múltiplas causas destas disfunções no ambiente de trabalho e propor caminhos de superação mostra-se socialmente relevante. O presente texto insere-se neste movimento ao contribuir com a análise ontológica e epistemológica da teoria do sofrimento em Eric J. Cassell (2004), como subsídio para o desenvolvimento de pesquisas sobre o sofrimento no trabalho baseadas nesta teoria.

O pesquisador e o conhecimento científico

O conhecimento científico é, inexoravelmente, uma empresa humana, feita *por* pessoas e *para* pessoas. Assim, não há como dissociar a essência humana do desenvolvimento científico. Não há como dissociar o conjunto de valores do pesquisador do processo de investigação por ele empreendido. Mesmo que posições ontológicas e epistemológicas compreendam a realidade como objetiva e apreensível em sua totalidade sem interferência do sujeito, ainda assim, muitos filósofos da ciência reafirmam e confirmam a presença do caráter humano nos resultados das pesquisas científicas.

Alguns autores chamam a atenção para esta questão a partir de óticas diversas. Para Briones (2002), as diversas hipóteses ontológicas e gnosiológicas contidas nas ciências sociais e naturais trazem, em sua dimensão mais ampla, diferentes concepções de mundo. Kuhn ([1962] 2013) chama a atenção para o fato de que o que diferenciou as diversas escolas científicas não foi tanto um ou outro insucesso do método, mas o que ele chama de “incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência” (p. 47). Ainda para este autor, “um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época” (p. 48). Assim como os autores anteriores, Samaja (2004) ressalta o fato de que a pesquisa científica apresenta uma forma particular de interação entre o cientista e suas crenças, atuando como forma de regulação entre sua formação e o meio cultural em que está inserido. A partir desta interação, o cientista pode descobrir e expor respostas a questões que ele acredita serem relevantes e que colocam em questão suas crenças básicas.

Por fim, para Farinha (2013), “Esta sobreposição [de gestão e filosofia] deriva do facto (sic) da posição filosófica do investigador ter implicações assinaláveis sobre o processo de investigação Mesmo de forma irreflectida (sic), o investigador operacionaliza um conjunto de escolhas assentes numa determinada perspectiva de fazer ciência” (p. 104).

Neste contexto, a compreensão dos fundamentos ontológicos e epistemológicos de uma teoria é condição *sine qua non* para sua adequada contextualização e avaliação das possibilidades e implicações de sua aplicação em outros projetos de pesquisa. Se se quer consistência e contundência no trabalho científico, há que se questionar sobre qual é a relação que existe entre a posição filosófica assumida pelo pesquisador e o processo de investigação por ele empreendido (Farinha, 2013).

No presente texto, tal questionamento será desenvolvido para a análise da teoria do sofrimento desenvolvida por Eric J. Cassell (2004).

Ontologia e conhecimento científico

Uma das preocupações centrais da filosofia da ciência tem sido a questão associada às possibilidades e viabilidade do conhecimento sobre um determinado objeto. Para tanto, uma das primeiras questões que se coloca é sobre o próprio entendimento do que este objeto vem a ser. Na filosofia da ciência, as questões ligadas à compreensão do objeto enquanto entidade, enquanto ser, são tratadas dentro da chamada esfera ontológica do objeto. As reflexões de ordem ontológica têm por objetivo fornecer um entendimento explícito sobre a natureza do ser em si mesmo, na sua totalidade de existência (FARINHA, 2013). Assim, delimitar o carácter ontológico do objeto de pesquisa significa compreender as diversas formas como a realidade é problematizada, considerando a diversidade de posições filosóficas neste domínio.

Para fins de desenvolvimento do objetivo do presente trabalho, serão apresentadas as principais tradições filosóficas que dão suporte às ontologias relacionadas ao contexto teórico em análise, quais sejam: o realismo e o idealismo².

Conforme esclarece Briones (2002), o realismo comporta diversas escolas filosóficas e, como tal, permite distinguir a existência de vários tipos de realismo. O chamado realismo metafísico foi utilizado pela primeira vez para designar a posição ontológica segundo a qual as ideias gerais ou universais têm existência real, independentes do sujeito e da consciência sobre elas. Já o chamado realismo gnosiológico afirma que o conhecimento é possível sem a necessidade de que a consciência imponha suas próprias categorias à realidade e compõe-se de três vertentes: o realismo ingênuo, para o qual o conhecimento é uma reprodução exata da realidade; o realismo crítico, que afirma que se pode aceitar sem críticas o conhecimento permitido pelos sentidos, e, por fim, o realismo científico, para o qual o melhor conhecimento da realidade é aquele proporcionado pela ciência.

Embora existam diferenças entre as vertentes, de maneira geral todas elas defendem a ideia de que existe uma realidade extrínseca à mente do sujeito, não relacionada à sua percepção, o que implica uma distinção entre as esferas ontológica e epistemológica (FARINHA, 2013). Nesta perspectiva, para o realismo ingênuo, existe a possibilidade de conformidade entre o objeto e os conteúdos da percepção do sujeito e, assim, é possível, através das percepções, conhecer o objeto de modo objetivo.

2 Convém esclarecer que o recorte aqui realizado não é isento de questionamentos. Vários filósofos da ciência mostram as dificuldades deste tipo de categorização. Para mencionar apenas alguns, temos Neta (2014) que traz ao debate questionamentos sobre as teses dos conhecimentos *a priori* e *a posteriori* e as problemáticas de justificação e ceticismo em ciência, Bunge (2002) que discute, entre outros pontos, sobre a natureza dos objetos conceituais, e Graying (1996), que problematiza questões que perpassam todas as correntes ontológicas e epistemológicas, como justificação, fundacionismo, coerência, internalismo x externalismo, credibilidade, causalidade, crença e ceticismo, entre outras.

Para o realismo crítico, por outro lado, certas propriedades imputadas aos objetos observados representam reações da consciência do observador e, por estarem assim relacionadas à organização da mente humana, não têm necessariamente um caráter estritamente objetivo, mas sim subjetivo.

O realismo científico procura ir além do realismo crítico ao afirmar que o conhecimento genuíno pode ser obtido mediante a aplicação dos métodos e procedimentos desenvolvidos pela ciência e que, quando utilizados corretamente, conduzem de modo confiável à verdade (FARINHA, 2013). Neste sentido, para esta vertente, embora a tarefa da ciência seja desenvolver um conhecimento genuíno, ele será sempre incerto (princípios da falibilidade peirciana e da falseabilidade popperiana), e, por conta disso, deverá sempre ser avaliado e testado para determinar a extensão de sua correspondência com a realidade. O sucesso de uma teoria na explicação de uma realidade ao longo do tempo será, assim, um critério de razoabilidade para sua aceitação.

Em sua exposição sobre o idealismo, Briones (2002) afirma que, para esta corrente, os objetos físicos não podem ter existência independente de uma mente consciente sobre eles. Embora também o idealismo tenha muitas vertentes, em geral, todas elas conferem importância central à consciência, às ideias, ao pensamento, ao sujeito, ao eu, no processo de conhecimento (p. 26). O idealismo admite a existência de uma realidade, mas como representação ou conjunto de ideias do sujeito. Do ponto de vista das ciências, o idealismo apresenta forte apelo para as ciências sociais e organizacionais, que lidam, fundamentalmente, com estruturas criadas pela mente humana.

Modos de fazer ciência: epistemologia do conhecimento científico

Compreender a ciência como um fazer prático implica dar atenção aos aspectos motivacionais e instrumentais. Toda ação é desenvolvida a partir de pressupostos que determinam escolhas em relação a caminhos e instrumentos. A força de uma teoria científica reside, em grande parte, na consistência e coerência entre os pressupostos e as escolhas. Os pressupostos tratam, em princípio, de uma determinada visão de mundo do pesquisador no que se refere a sua compreensão sobre a realidade: os objetos existem e são reais ou são apenas fruto da mente humana? Em que medida e com qual acuracidade é possível conhecê-los? Sobre estas questões trata a ontologia, que possui diversas correntes e vertentes, das quais vimos acima o realismo e o idealismo dentro do contexto deste trabalho.

O fazer da ciência, para ser efetivo, deve ter alinhado à definição ontológica a definição dos caminhos e instrumentos que deverão ser utilizados na jornada da pesquisa. Parte-se da realidade para a generalização ou das ideias para a realidade? É possível explicar ou somente compreender e interpretar os objetos. É possível prever comportamentos ou apenas compreender suas manifestações? Sobre estas questões trata a epistemologia, que, igualmente, possui diversas correntes e vertentes. Embora se possa compreender desta maneira, como existindo correntes e vertentes, é necessário frisar que uma determinada proposta epistemológica não se faz descolada de uma determinada proposta ontológica e vice-versa. Assim, as determinadas visões de mundo correspondem determinadas propostas de pesquisa, cujo desenvolvimento, por sua vez, questionam ou confirmam aquelas.

Tendo sido vistos os pressupostos ontológicos do realismo e do idealismo será necessário agora, para o alcance dos objetivos deste trabalho, detalhar as propostas epistemológicas das vertentes positivista, construtivista e pós-positivista.

Segundo Briones (2002), o positivismo caracteriza-se como a escola filosófica para a qual o conhecimento, para ser genuíno, deve basear-se na experiência dos sentidos. Assim, o avanço do conhecimento somente é possível com a observação e o experimento, utilizando-se do método das ciências naturais.

Ainda segundo este autor (BRIONES, 2002), para Bacon, os filósofos não devem buscar nada além da natureza, havendo fatos que devem ser abordados sem nenhuma concepção prévia, sendo que alguns destes fatos, os fatos positivos, devem ser aceitos “pela fé na experiência” (p. 28. Tradução deste autor).

Em termos ontológicos, o positivismo alinha-se ao realismo ingênuo, para o qual existe uma realidade exterior independente do sujeito que a observa e que o conhecimento desta realidade não sofre influência do sujeito. O positivismo clássico pretende atingir este ideal de conhecimento recorrendo ao empirismo, isto é, à explicação dos fatos pela observação pura e simples, e à rejeição de que existe uma natureza intrínseca dos fenômenos ou fatos observáveis e que a realidade é aquela possível de ser apreendida pela experiência (FARINHA, 2013).

Um dos desdobramentos do positivismo clássico foi o surgimento do positivismo lógico ou empirismo lógico, que procura apurar o programa inicial positivista. O núcleo do positivismo lógico é constituído por um empirismo total, apoiado pela lógica moderna, uma alta valorização da ciência, uma recusa a toda metafísica e pelo propósito de unificar a linguagem das diferentes ciências com um denominador comum na linguagem da física (fiscalismo), onde a legitimidade dos enunciados deriva das verdades lógica e empírica. Disto decorre dois tipos de ciências, as formais e as empíricas. As primeiras devem apoiar seus fundamentos na lógica, na matemática e na física, a partir das quais seu sentido surge da coerência interna, da verificação analítica, sendo determináveis *a priori* (FARINHA, 2013).

As ciências empíricas, por sua vez, surgem da possibilidade de verificação empírica de seus enunciados, o que os tornam realistas, fornecedores de informações sobre fatos suscetíveis de observação e verificação. Assim, todo enunciado científico é genuíno se for verificável empiricamente, sendo possível diferenciar as proposições científicas das puramente metafísicas, associando os fatos científicos à esfera ontológica do objeto. Desta forma, esta corrente sustenta o argumento central de que só a ciência empírica pode construir enunciados sobre o real (FARINHA, 2013).

O paradigma construtivista tem seu surgimento no objetivo de contrastar as ciências naturais ou exatas com as de tipo social. A posição teórica adotada pelo paradigma construtivista se funda no princípio de que o conhecimento sobre o mundo real se constrói com base nos processos de interação social e mobilização de recursos linguísticos de representação e persuasão. Neste sentido, o construtivismo procura compreender como se produzem os significados e como se dá sua utilização através das convenções linguísticas dentro dos contextos sociais e culturais, a partir dos quais os indivíduos atribuem significados dentro de marcos de referência interpretativos surgidos histórica e culturalmente. O construtivismo tem sido um grande aporte às investigações qualitativas e, segundo Hernandez et al. (2010, citado em Ramos, 2015), baseia-se em quatro princípios: a) a realidade se constrói socialmente a partir das diversas formas de percepção; b) o saber se constrói de forma social pelos participantes no processo de investigação; c) a investigação não é isenta dos valores do pesquisador; e d) os resultados da investigação não podem ser generalizados de forma alheia ao contexto e ao tempo (p. 14).

Retamozo (2012) procura extrair os fundamentos do construtivismo e propõe as bases a partir das quais este paradigma pode tornar-se uma alternativa ao positivismo: a) o lugar do sujeito, onde se lhe reconhece um papel ativo, tanto individual como coletivo; b) o problema do status da realidade que é referência ao conhecimento; e c) o processo de produção do conhecimento, em um nível gnosiológico, que implica perguntas pelo neuronal, psicogenético e cognitivo, e epistemológico de acordo com as diferentes versões. Para o autor, neste sentido, o construtivismo recoloca perguntas e produz teorizações sobre o sujeito, a realidade e o conhecimento, daí seu aporte ao campo das ciências sociais.

Em contraste com o positivismo, temos no construtivismo uma perspectiva científica totalmente distinta: é a própria forma como se estrutura a intersubjetividade dos atores sociais e como ela é mediada

pela linguagem e pelos signos, isto é, como o conhecimento se completa nos processos de interpretação e representação, que se torna o objeto da ciência (Farinha, 2013).

No contexto do construtivismo, a desconsideração para com a realidade exterior se justifica porque a ação dos sujeitos é mediada exclusivamente na realidade construída pela linguagem, signos e representações e formatada de acordo com as referências individuais e sociais. Ao colocar o sujeito no centro da análise, o construtivismo distingue-se do pensamento positivista e, com isso, constrói uma linha de demarcação entre as ciências da natureza e as ciências sociais e humanas (FARINHA, 2013).

No construtivismo, a posição epistemológica é a de que a relação entre o pesquisador e o objeto de estudo se baseia numa postura subjetivista, onde ocorre uma interação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado. Assim, o produto de uma pesquisa com base no construtivismo é uma construção realizada tanto pelo pesquisador como pelo sujeito pesquisado (RAMOS, 2015).

Neste quadro epistemológico, o pós-positivismo se posiciona como uma proposta mediadora entre o objetivismo positivista e o subjetivismo construtivista. Para esta proposta, a realidade existe, mas não pode ser completamente apreendida. O real é compreendido a partir das leis exatas, leis naturais, porém esta compreensão é incompleta. O pós-positivismo defende, assim, que apenas é possível ter acesso a uma parcela da realidade, o que significa que essa realidade objetiva está acessível, embora imperfeitamente disponível e assimilável. Logo, não existe um total acesso à ontologia da realidade exterior, ao que o mundo é, mas existe acesso, em termos epistemológicos, a uma forma particular da sua descrição (Farinha, 2013).

Ramos (2015) cita Hernández et al. (2010) ao descrever as características principais do paradigma pós-positivista como sendo: a) a realidade pode ser conhecida, mas de forma imperfeita; b) o pesquisador pode fazer parte do fenômeno em estudo; c) o objeto de estudo influencia o pesquisador e vice-versa; d) a teoria ou hipótese que sustenta a investigação influencia o seu desenvolvimento; e) o pesquisador deve estar consciente de que seus valores ou tendências podem influenciar em sua investigação; f) é possível realizar uma pesquisa de laboratório ou com desenho quase-experimental, mas sempre existirá um nível de erro nas medições do fenômeno; e g) as descobertas devem ser comprovadas com fundamentos teóricos que as sustentem.

No pós-positivismo, a questão metodológica é encaminhada mediante a falsificação das hipóteses, uma experimentação modificada, onde se consideram os métodos quase-experimentais e a possibilidade de incluir métodos qualitativos, como a análise de conteúdo, que possuem elementos quantitativos, ou a teoria fundamentada sistemática, que permite gerar hipóteses da realidade mediante a codificação axial, seletiva e a explicação de um fenômeno (social) mediante o paradigma codificado (Ramos, 2015).

As diferenças de tratamento das questões ontológicas e epistemológicas entre as chamadas ciências duras ou naturais, como a medicina, e as ciências ditas moles ou humanas, como as Ciências Sociais são objeto de controvérsias há longo tempo e parecem longe de uma convergência.

Neste sentido, apresentar os pressupostos ontológicos e epistemológicos de um conceito de sofrimento oriundo da medicina e propor sua aplicação nas Ciências Sociais pretende fornecer subsídios para o debate e contribuir com a aproximação das áreas para o desenvolvimento de uma possível interdisciplinaridade no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Este é o propósito do texto que segue.

O sofrimento em Cassell

O autor

Eric J. Cassell nasceu em Nova Iorque em 1928. Graduou-se em Medicina em 1950 pelo *Queens College*, tendo obtido o *Master Degree* neste mesmo ano pela *Columbia University* e o Doutorado em 1954 pelo *New York College of Medicine*. Desenvolveu a atividade clínica até 1998, quando passou a se dedicar integralmente à pesquisa e à produção acadêmica. Atualmente, divulga seus trabalhos e suas ideias através de palestras em diversas partes dos EUA e do mundo (CASSELL, 2018).

A gênese do livro *The nature of suffering and the goals of medicine*, publicado em 1991, com segunda edição em 2004, foi um projeto sobre o sofrimento iniciado em 1979 no *Hastings Center - Bioethics Research Institute* (anteriormente *Institute of Society, Ethics and the Life Sciences*), uma instituição dedicada à pesquisa e ensino em questões éticas originadas pelo avanço da Biomedicina (CASSELL, 2004).

O caráter multidisciplinar da abordagem que o autor imprime ao texto sobre sofrimento foi construído ao longo do tempo pelo contato que ele teve, em diversas ocasiões, com profissionais e pesquisadores de outras áreas do conhecimento, principalmente junto ao *Hastings Center*.

Particularmente, algumas influências devem ser mencionadas para melhor compreensão do conceito de sofrimento desenvolvido pelo autor. O contato com seu professor Walsh McDermott forneceu as bases para a visão intercultural da medicina. O contato com o *Rabbi* Jack Bemporad chamou-lhe a atenção para a importância do conhecimento sobre filosofia para a compreensão da medicina. A convivência com a equipe multidisciplinar de pesquisa do projeto mencionado marcou a visão sistêmica e holística do autor ao despertá-lo para a importância do conhecimento da história da medicina e evolução de suas tendências e das artes para a compreensão do ser humano (CASSELL, 2004). Estas influências tornam-se nítidas na ontologia e epistemologia de seu trabalho, como será aprofundado mais adiante neste texto.

Ontologia do sofrimento

Como vimos anteriormente, uma análise consistente da epistemologia de qualquer teoria deve considerar a ontologia do objeto de estudo. Neste sentido, a posição de Cassell sobre o sofrimento, em termos ontológicos, é muito clara ao afirmar que “O sofrimento deve inevitavelmente envolver a pessoa – corpos não sofrem, pessoas sofrem” (CASSELL, 2004; p. v), que “Sofrimento é uma aflição da *pessoa*, não do corpo” (CASSELL, 2004; p. xii, destaque no original) e, ainda, que “Sofrimento é, em último caso, um assunto pessoal – algo cuja presença e extensão somente podem ser conhecidas pela pessoa que sofre” (CASSELL, 2004; p. 33. Traduções deste autor).

A ênfase no conceito de *pessoa* visa a demonstrar uma perspectiva mais plena e integral na compreensão do ser humano, em superação aos fundamentos filosóficos da ciência médica que partem do princípio da separação entre objetivo e subjetivo, entre corpo e mente, que fundamentou, e ainda fundamenta em grande medida, todo o desenvolvimento teórico-conceitual e a prática da medicina no Ocidente, em consonância com os paradigmas positivista e pós-positivista. Nas palavras de Cassell,

A distinção entre a natureza subjetiva, pessoal e privada da doença e do sofrimento, em oposição à natureza objetiva do corpo e suas doenças, existe na medicina ocidental desde seus primórdios na tradição hipocrática da Grécia (450 a.C.). A ideia de que o que é objetivo – nesse sentido, o que pode ser visto, tocado ou medido – é mais importante do que o subjetivo – interiormente sentido, percebido ou intuído – remonta às origens da medicina científica ocidental na Grécia clássica (CASSELL, 2004; p. xii-xiii. Tradução deste autor).

Para o autor, a dicotomia corpo-mente na qual se baseou o desenvolvimento da medicina alijou o entendimento da pessoa como um ser integral e confundiu a ideia de pessoa como sendo similar à ideia de mente. Uma vez que o desenvolvimento científico da medicina ocorreu fundamentalmente sobre a saúde do corpo, suportado do ponto de vista epistemológico pela chamada teoria da doença, a ideia de pessoa ficou associada à ideia de mente, já que o conceito abstrato de pessoa não poderia fazer parte da substância material do corpo como objeto científico. O conceito de pessoa tornou-se identificado com mente, espírito e subjetividade por falta de um lugar alternativo nas categorias ontológicas objetivas da medicina (CASSELL, 2004; p. 33).

Para Cassell, o conceito de pessoa não é o mesmo que o conceito de mente, tendo esta dicotomia ressurgido mais fortemente na filosofia a partir do Iluminismo, com o *Cogito* cartesiano: “A divisão entre mente e corpo, que tão profundamente influenciou nossa história intelectual e nossa abordagem médica, foi proposta por Rene Descartes para resolver certas questões filosóficas” (CASSELL, 2014; p. 32. Tradução deste autor). Para o autor, diferentemente de outros objetos da ciência, a pessoa não pode ser reduzida à soma de suas partes se se pretende compreendê-la melhor (CASSELL, 2014; p. 36).

De forma a compreender a relação entre o sofrimento e os objetivos da medicina, o autor propõe uma tipologia sobre a pessoa, cujas características podem ser, segundo ele, aplicadas pelas próprias pessoas a si mesmas e confirmadas com base nas experiências pessoais. Esta tipologia é composta das seguintes categorias: a) pessoas têm personalidade e caráter; b) pessoas têm um passado; c) pessoas têm uma família; d) pessoas têm uma base cultural; e) pessoas têm papéis; f) uma pessoa tem relações consigo própria; g) uma pessoa é um ser político; h) pessoas fazem coisas; i) pessoas têm comportamentos regulares; j) pessoas têm um corpo; k) todas as pessoas têm uma vida secreta; l) todas as pessoas têm um futuro percebido; e m) todas as pessoas têm uma dimensão transcendental. Para cada uma destas categorias, o autor discorre sobre seus impactos na relação com o sofrimento. No contexto do presente texto, a menção a estas categorias visa fornecer ao leitor um quadro do espectro de referências que Cassell utiliza para fundamentar sua visão integral de pessoa como base do fenômeno do sofrimento.

Para o autor, uma pessoa não é apenas corpo, mente, espírito ou subjetividade cognoscível. A ideia de pessoa tem muitas faces, sendo a ignorância sobre elas fator de contribuição ao sofrimento. A rejeição do dualismo histórico entre mente e corpo é fundamental para a compreensão do lugar da pessoa nas enfermidades humanas (CASSELL, 2004).

Da proposta de Cassell (2014) é possível extrair que, embora sejam válidas e aceitáveis as teses, teorias e métodos científicos da medicina baseados num fundamento realista e positivista da ciência, bem como todos os resultados e avanços que permitiram, a compreensão e tratamento do sofrimento humano exige um avanço na abordagem ontológica do objeto de estudo, o ser humano, no sentido de (re)integrar-lhe seus aspectos subjetivos. Tal avanço, na proposta de Cassell, assume semelhanças com os pressupostos ontológicos do paradigma idealista, embora sem abandonar a visão do realismo científico.

Epistemologia do sofrimento

Na teoria de Cassell, o sofrimento pode ser definido como “o estado de angústia severa associado com eventos que ameaçam a integridade da pessoa” e ocorre quando “uma iminente destruição da pessoa é percebida; e continua até que a ameaça de desintegração tenha passado ou a integridade da pessoa possa ser restaurada de alguma forma”. Decorre disso que, “embora ocorra com frequência na presença de dor aguda, falta de ar ou outro sintoma físico, o sofrimento se estende além do físico” (CASSELL, 2004; p. 32. Tradução deste autor).

A dimensão subjetiva (abstrata) do sofrimento como objeto de estudo fica, assim, explicitada. O que coloca a necessidade, do ponto de vista científico, de uma abordagem epistemológica adequada ao objeto, uma vez que, na argumentação do autor, na ciência médica, prevalece o paradigma das ciências naturais de compreender como objeto científico somente o que é real, concreto, objetivo e mensurável, fatos que sejam verificáveis e empiricamente demonstráveis. Esta objeção da ciência médica atual é profunda e merece ser explicitada, nas palavras do próprio autor:

Da perspectiva científica, por outro lado, se o homem com a perna quebrada está com dor ou a mulher que perdeu os cabelos por causa da quimioterapia está sofrendo são questões que, não estando abertas à verificação empírica, *nunca* podem ser respondidas com certeza. Se a questão de se alguém está sofrendo não está aberta ao conhecimento científico, então o alívio do sofrimento – propósito fundamental da medicina – não pode ser atingido pela medicina puramente científica. Como esta conclusão é inaceitável caso a medicina queira alcançar seus objetivos duradouros, nós devemos esclarecer que tipo de conhecimento é representado pelo conhecimento de quem uma pessoa é, e mediar qualquer conflito que exista na medicina entre os dois tipos de conhecimento, que nós podemos chamar o *científico* e o *pessoal* (CASSELL, 2004; p. 164. Itálicos no original. Tradução deste autor).

A proposta epistemológica do autor para superar este obstáculo científico e fazer evoluir a ciência médica é, em certa medida, ousada, principalmente considerando o ano de publicação do livro, em 1991. Cassell propõe, então, que o melhor caminho para atacar este problema seja examinar algumas descrições de pessoas existentes na literatura e apresenta trechos das obras de 3 grandes autores: da peça *Júlio César*, de Shakespeare, da novela *Billy Budd*, de Herman Melville e de um episódio de *Sherlock Holmes*, *Um Estudo em Vermelho*, de A. C. Doyle (CASSELL, 2004; p. 165-166).

A partir destes textos, o autor extrai três tipos de informação sobre as pessoas, informações da ordem de fatos brutos (empíricos), da ordem das virtudes morais e da ordem estética. E pretende demonstrar que estes três tipos de informação sobre pessoas doentes são necessários para o trabalho clínico em medicina.

O fundamento que Cassell utiliza para a defesa do uso deste tipo de informação na prática médica é que os médicos tratam de pacientes particulares em circunstâncias de um momento particular, o que requer informações que particularizem o indivíduo e o momento. Em oposição, a Ciência lida com generalizações nas quais circunstâncias e momentos particulares são sistematicamente excluídos. Assim, médicos clínicos devem questionar o que faz um indivíduo particular explicitar o particular ao invés da abstração. Deve-se questionar como um médico clínico aplica conhecimentos gerais e universais para indivíduos específicos em momentos específicos. Faz sentido para o autor, então, crer que se um médico aplica os conhecimentos gerais, por exemplo, sobre pneumonia, a um paciente em particular, quanto mais este médico realmente conhecer sobre aquela pessoa-em-particular-com-pneumonia, mais sucesso terá no tratamento. Avançando em sua argumentação, o autor complementa que

Se ser um indivíduo-particular-com-pneumonia de alguma forma modifica a pneumonia – a torna a pneumonia desta pessoa (e, assim, diferente da pneumonia de outra pessoa) – então a tarefa do médico clínico, em oposição à do cientista, é considerar a pneumonia-em-uma-pessoa ao invés de uma entidade em si, que é mentalidade científica natural e o objetivo principal da ciência. A solução para o problema de aplicar o geral ao particular é particularizar o geral (CASSELL, 2004; p. 167. Tradução deste autor).

O autor alerta para o fato de que este raciocínio, embora pareça circular, não o é. O movimento proposto é o de discriminar, diferenciar e analisar o paciente produzindo ideias separadas sobre a doença e a pessoa para, então, retornar novamente estas ideias para uma unidade particular, a pessoa doente, onde, então, serão sistematicamente integradas. O conhecimento científico sobre a pneumonia é obtido através de generalizações a partir de múltiplos casos. A abstração dos casos particulares permite à ciência caracterizar a pneumonia como algo independente dos pacientes que a desenvolvem e, assim, poder

estudá-la. Por outro lado, analisando o caso específico de um paciente com pneumonia é possível verificar o que neste paciente em particular modifica aquela categoria abstrata de pneumonia, mas, ainda assim, permite empregar o conhecimento acumulado sobre a doença. O conhecimento da pessoa do paciente em sua completude e integridade é, portanto, condição essencial para a medicina alcançar seus objetivos fundamentais, incluindo o alívio do sofrimento.

A partir da definição de sofrimento proposta pelo autor é possível extrair três características importantes para a compreensão da sua visão epistemológica: primeiro, que o sofrimento pertence ao aspecto físico, mas vai além dele, possuindo também um caráter mental, subjetivo. Segundo, que o sofrimento pode ocorrer mesmo na ausência de situações de dor, uma vez que ele surge a partir da consciência que a pessoa venha a ter sobre uma ameaça de iminente destruição da própria integridade. Como integridade entende-se todos os aspectos que formam a pessoa, aspectos físicos, emocionais, mentais e psicológicos. Assim, o sofrimento pode ocorrer em relação a qualquer aspecto da pessoa (CASSELL, 1982, p. 32). E, terceiro, que o sofrimento ocorre pela crença da pessoa de que algo indesejável poderá ocorrer consigo própria ou outrem, independentemente de se efetivamente ocorrerá ou não. Essa consideração coloca o sofrimento como algo possível de ocorrer no nível das expectativas de uma pessoa, expectativas essas geradas por uma crença de que algo indesejável possa ocorrer.

O sofrimento é, assim, algo que está relacionado à pessoa como um todo, sendo necessária, portanto, uma compreensão deste todo da pessoa se se pretende agir no sentido de aliviar-lhe o sofrimento. E a compreensão da pessoa ocorre a partir de todas as informações que são coletadas, não apenas daquelas relacionadas diretamente à sua doença, mas também sobre suas características de personalidade, sua história de vida, suas crenças e valores. Segundo Cassell (2004), “Saber de que maneira os outros estão sofrendo exige uma compreensão exaustiva do que os torna os indivíduos que são - quando se sentem inteiros, ameaçados ou desintegrados, bem como sua visão do futuro, do passado, dos outros, do meio ambiente e de suas vidas, objetivos e finalidades” (p. 198).

Do ponto de vista epistemológico, embora o desenvolvimento científico da medicina esteja fundamentado nos paradigmas positivista e pós-positivista, o que Cassell defende que continue, para que a medicina possa avançar no sentido de cumprir seu objetivo de aliviar e mitigar o sofrimento humano, é necessário, segundo o autor, expandir essa abordagem epistemológica pela incorporação dos pressupostos do paradigma construtivista, pois tanto a compreensão do fenômeno do sofrimento quanto seu tratamento somente podem ser realizados pela interação subjetiva entre médico e paciente e pela mútua troca e compreensão de significados e valores pessoais e existenciais.

Considerações finais

A medicina é uma das ciências com maior sucesso em nossa civilização. São inúmeros e incontestáveis os avanços na erradicação e tratamento do sem-número de doenças que afligem a humanidade. Sem dúvida, grande parte deste sucesso e destes avanços foram e são proporcionados com base nos paradigmas científicos adotados pela medicina, e pelas ciências naturais de um modo geral, quais sejam, o realismo e o positivismo/pós-positivismo.

O sofrimento, entretanto, como fenômeno na fronteira entre realismo e idealismo, na fronteira entre objetivismo e subjetivismo, tem escapado do sucesso do desenvolvimento da medicina. Ao trazer à reflexão aspectos subjetivos e simbólicos do sujeito, aspectos estes não adequadamente inseridos nos paradigmas científicos adotados, o sofrimento tem se mostrado um grande desafio para a medicina. Desafio este a exigir novos paradigmas e novas abordagens.

A proposta de Cassell para o cuidado do sofrimento avança no sentido de ampliar os horizontes ontológicos e epistemológicos da medicina ao propor a consideração e adoção de novos pressupostos, novos conceitos e novas abordagens na ciência e práticas médicas. Tais propostas passam, dentro do quadro conceitual de referência apresentado, pelas abordagens do idealismo e do construtivismo. E, neste aspecto, podemos considerar a proposta de Cassell como um avanço dentro da medicina e como uma oportunidade para sua utilização em pesquisas na área das Ciências Sociais.

Santos (2021) aponta para a possibilidade de sustentação, do ponto de vista teórico-conceitual, da pertinência do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o sofrimento no âmbito das Ciências Sociais, em particular no ambiente de trabalho. O autor chama a atenção, entretanto, para o fato de que é preciso reconhecer que o sofrimento, de modo geral, e o sofrimento no trabalho, de modo particular, não têm sido objetos de atenção pelos pesquisadores nativos destas Ciências, sendo a maioria dos trabalhos sobre o sofrimento elaborados por pesquisadores com origens em outras áreas, como Psicologia, Psicologia Social e Medicina.

Sem dúvida, o estudo do sofrimento em Ciências Sociais representa um desafio pelo fato de que o sofrimento se expressa fundamentalmente no interior do indivíduo, representando uma dificuldade do ponto de vista científico por conta do alto grau de abstração do fenômeno que dificulta sua identificação e mensuração de maneira satisfatoriamente objetiva.

A tradição das Ciências Sociais, influenciada pelos seus principais fundadores, como Comte, Marx, Durkheim, Weber, não se debruça diretamente sobre o sofrimento humano, sendo este tema, quando aparece nos trabalhos destes autores, secundário ou indiretamente abordado por conta de outras implicações. As próprias ontologias e epistemologias adotadas pelos principais autores em Ciências Sociais geram dificuldades para a construção de abordagens que permitam um tratamento adequado do fenômeno do sofrimento. De que formas é possível incorporar os conceitos e pressupostos sociais de autores clássicos como Marx, Durkheim e Weber, por exemplo, na elaboração de uma abordagem mais sistêmica que permita incluir de maneira produtiva a perspectiva do sofrimento?

Não obstante as dificuldades que se apresentem, o sofrimento é um fenômeno dos mais fundamentais e presentes em toda a história dos indivíduos e da humanidade. Pesquisá-lo com o objetivo de minimizar ou mitigar sua presença e efeitos é sempre uma tarefa nobre em qualquer área da Ciência.

Para alcançar êxito neste empreendimento, caberá às Ciências Sociais ampliar o espectro de suas bases teórico-conceituais, incorporando contribuições de outras Ciências, desenvolvendo abordagens multidisciplinares para o aprofundamento do estudo do sofrimento.

Assim, o conceito de sofrimento proposto por Cassell, uma vez que absorve pressupostos idealistas e construtivistas, abre possibilidades para sua aplicação em pesquisas nas áreas de Ciências Sociais e de gestão para a compreensão do fenômeno em diferentes contextos e realidades.

Referências

- BRIONES, G. **Epistemología de las Ciencias Sociales**, Bogotá: ICFES, 2002. 233 p.
- BUNGE, M. **Epistemología** – curso de actualización. 3. ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2002. 252 p.
- CASELL, E. J. **The Nature of Suffering and The Goals of Medicine**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2004. 254 p.

- CASSELL, E. J. **Bio**. 2018. Disponível em: <<http://www.ericCassell.com/bio.html>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. amp. Petrópolis: Vozes, 2017. 128 p.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. Coleção Debates, 115, São Paulo: Perspectiva, [1962] 2013. 324 p.
- FARINHA, N. J. Paradigmas Científicos e Processos de Investigação em Ciências de Gestão. **Contabilidade & Gestão** - Portuguese Journal of Accounting and Management. n. 14, novembro de 2013, 103-140. Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/cg14_c.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- GRAYLING, A. C. Epistemology. In: N BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. P. (Eds.). **The Blackwell companion to Philosophy**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 38-63.
- NETA, R. (Ed.). **Current controversies in epistemology**. New York: Routledge, 2014. 153 p.
- PÉREZ JÁUREGUI, I. **Estrés laboral y síndrome de Burn out: sufrimiento en el trabajo**. Buenos Aires: Psicoteca Editorial, 2005. 119 p.
- PÉREZ JÁUREGUI, M. I. **Projectos de vida y liderazgos auténticos: técnicas de evaluación**. Buenos Aires: Psicoteca Editorial, 2015. 128 p.
- RAMOS, C. A. Los paradigmas de la investigación científica. **Avances en Psicología**. v. 23, n. 1, p. 9-17. 2015. Disponível em: <<http://revistas.unife.edu.pe/index.php/avancesenpsicologia/article/view/167>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- RETAMOZO, M. Constructivismo: Epistemología y Metodología en las ciencias sociales. In: EDLG TOLEDO e G LEYVA (Coords). **Tratado de metodología de las ciencias sociales: perspectivas actuales**. DF (México): Fondo de Cultura Económica, 2012. p. 325-351.
- SAMAJA, J. A. **Epistemología y Metodología: elementos para una teoría de la investigación científica**. 3. ed., 4ª reimpr. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2004. 415 p.
- SANTOS, M. Sobre uma Sociologia do sofrimento no trabalho. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 20, p. 25, 26 nov. 2021. Recuperado de <<https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucaao/article/view/415>> em 01/05/2022.

Submetido em: 23/09/2021

Aceito em: 11/05/2022